



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005163-36.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sistema Remuneratório e Benefícios**  
 Requerente: **Hércules Viviani**  
 Requerido: **Universidade de São Paulo – Usp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada por **HÉRCULES VIVIANI** contra a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** e a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, aduzindo, em síntese, que era servidor público estadual da USP, lotado na cidade de São Carlos, onde exerceu cargo de Contador, admitido em 19/11/2009 e demitido em 25/06/13, sendo que, anteriormente, foi servidor público estadual do Banco do Estado de São Paulo, sociedade de economia mista, onde exerceu o cargo de Escriturário, durante o período de 02/01/1989 a 18/01/2002, razão pela qual solicitou o reconhecimento do tempo de serviço prestado junto ao referido banco, a ser considerado para todos os fins, inclusive aquisição de adicionais de tempo de serviço, mas teve seu pedido indeferido. Argumenta que passou a usufruir de quinquênios, sendo o primeiro em 02/01/1989 a 01/01/1994, o segundo de 02/01/1994 a 01/01/1999 e que, somando o tempo que ingressou na USP, completaria o terceiro quinquênio, considerando-se o período de 02/01/1999 até 26/11/2000 junto ao Banco do Estado de São Paulo, e de 19/11/2009 a 24/12/2012 junto a Universidade do Estado de São Paulo -USP. Assim, pleiteia o reconhecimento do direito a percepção dos adicionais por tempo de serviço (quinquênios) bem como a averbação desse direito em seus registros funcionais, face o cumprimento dos requisitos legais, retroagindo os efeitos deste a data do requerimento administrativo (processo administrativo nº 11.1.1424.74.5).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A FESP apresentou contestação, alegando que o período que a parte autora pretende ver averbado foi laborado junto a pessoa jurídica de direito privado, posto que, desde 26/11/2000, data em que o antigo BANESPA foi adquirido pelo Banco Santander, passou a ostentar esta natureza jurídica.

Aduz, ainda, que a parte autora já foi beneficiada com a denominada contagem recíproca, a que alude a Lei nº 269/81. Assim, já possui apostilado em seus títulos o tempo de serviço prestado à atividade autárquica e/ou fundacional, para fins, exclusivamente, de aposentadoria e disponibilidade, quanto ao período em que laborou no BANESPA, não havendo permissivo legal para averbação deste tempo para fins de concessão de adicionais temporais como se pretende.

A requerida USP alegou em contestação, preliminarmente, incompetência absoluta da Justiça Comum Estadual e prescrição quinquenal. No mérito, aduz que o tempo de servido prestado no BANESPA só pode ser computado para fins de aposentadoria e disponibilidade, pois foi incorporado pelo SANTANDER, passando a ostentar o status de sociedade privada, sendo que, antes da incorporação, era uma sociedade de economia mista, não abrangida pela legislação.

**É o Relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não é o caso de se reconhecer a incompetência da justiça comum para tratar do assunto em debate nos autos.

Verifica-se que, apesar de a relação jurídica da parte autora para com a ré USP ser regida pela CLT, a natureza da verba que ela pretende é estatutária, prevista na CE e no Estatuto do Funcionário Público Estadual.

Ausentes outras matérias preliminares a serem debatidas, passo à análise do mérito, observando que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo desnecessárias outras diligências probatórias, tendo em vista que os fatos em que se fundamenta o pedido inicial dependem de prova meramente documental.

O pedido não comporta acolhida.

É incontroverso o tempo de serviço exercido pela parte autora na USP e no Banespa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A controvérsia reside na possibilidade de se computar o tempo de serviço exercido no BANESPA, no período de 02/01/1999 até 26/11/2000, para fins de adicional temporal.

Anote-se, inicialmente, que o BANESPA foi incorporado ao SANTANDER, em 31/08/06, conforme consta da ficha cadastral da JUCESP (fls. 121/124), tratando-se de pessoa jurídica de direito privado do tipo "sociedade por ações". No período anterior, constituía-se como sociedade de economia mista, que se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, sendo assim, o tempo de serviço nela exercido só pode ser considerado para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 129 da Constituição Estadual e 76, parágrafo único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

Em caso análogo já decidiu a Superior Instância (Apelação nº 1019934-40.2015.8.26.0053, data do julgamento: 30 de novembro de 2016 - ISABEL COGAN RELATORA):

Professor da Universidade de São Paulo. Pleito de averbação do tempo de serviço prestado à Universidade Federal do Espírito Santo, entre abril de 1994 a fevereiro de 2006, para fins de licença-prêmio, quinquênio e sexta parte. Ação improcedente. Sentença mantida. Tempo de serviço que só pode ser considerado para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 76, parágrafo único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo. A Administração Pública está adstrita ao princípio da legalidade. Ausência de afronta à isonomia (art. 5º, “caput”, da CF). APELO DESPROVIDO.

Não há que se falar em violação ao princípio da igualdade, insculpido no art. 5º, “caput”, da Constituição Federal, pois a Administração Pública está adstrita ao princípio da legalidade, só podendo conceder direitos que a lei determina. Em razão da autonomia de cada ente da Federação, a cada um compete fixar, por lei, os padrões e as regras específicas para a aquisição de vantagens no serviço público.

O Estado de São Paulo estabeleceu, como visto, através da Lei nº 10.261/68, com as redações dadas pelas Leis Complementares nº 318/83 e nº 437/85, regra prevendo que, para fins de concessão de adicionais temporais a seus servidores, serão computados apenas os serviços prestados ao próprio Estado de São Paulo e os serviços prestados, somente até



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

20/12/1984, à União, outros Estados, Municípios e suas autarquias.

Dessa forma, não é possível o cômputo de período em que se prestou serviços em sociedade de economia mista ou empresa privada, pois a função do adicional de tempo de serviço é recompensar os que se mantiveram por longo tempo no exercício de cargo público.

A jurisprudência predominante, colacionada pela correquerida USP, é no sentido do aqui decidido, conforme se observa a fls. 95/102, sendo que a parte autora juntou um único julgado, a fls. 134/139, datado de 2007, no sentido da possibilidade de se abranger sociedade de economia mista.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do CPC e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno o autor a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo, nos termos do artigo 85, § 8º do CPC, em R\$ 1.000,00, sendo metade para cada uma das requeridas.

P I

São Carlos, 22 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**